Informação Econômica para todos: O caso do alternativo *Bundas* como meio de acessibilidade da informação.[1]

Caroline Gonçalves TAVEIRA[2]
Maximiliano Martin VICENTE[3]
Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho" UNESP/FAAC-Bauru

Resumo

O presente artigo tem por intuito apresentar às dificuldades da acessibilidade da informação econômica nos jornalismo impressos tal como é apresentado por autores já consagrados no tema como são Basile, Kucinski, Quintão, entre outros. Após apontar a complexidade da linguagem econômica veiculada nos jornais impressos, o texto procura apresentar, seguindo a análise do conteúdo, o diferencial adotado pelo semanário *Bundas* na análise das notícias econômicas. Adotando as categorias de criticidade e interesse público, mostramos como o semanário *Bundas* desenvolveu, via humor e posicionamento crítico diante das informações oficiais, uma linguagem compreensível para a maioria da população.

Palavras-Chave: imprensa alternativa, semanário *Bundas*; acessibilidade e jornalismo econômico.

Introdução

O noticiário econômico tornou-se algo indispensável para atuação no mercado financeiro, além de ser uma necessidade para os cidadãos quando se trata da compreensão dos assuntos econômicos que o cercam para organizar sua vida financeira. A informação econômica transformou-se em um bem social, um instrumento político e econômico, além de uma arma estratégica para o Estado e até mesmo para as grandes empresas que lideram o mercado, e como define Basile (2002), os veículos da imprensa econômica tornaram-se uma espécie de sistema nervoso dos mercados em escala mundial.

Apesar de ser a informação econômica uma necessidade, não apenas para àqueles que estão envolvidos no universo financeiro e empresas que lideram o mercado, esta ainda é algo inacessível, principalmente pelo uso da linguagem especifica denominada de "economês".

Diante deste fato, apresentaremos o alternativo *Bundas*, que circulou no final dos anos 90, como exemplo da acessibilidade da informação econômica, mas antes de analisá-lo

[1] Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestranda em Comunicação Midiática pela UNESP/FAAC, email: carol.taveira@yahoo.com.br

[3] Professor Dr. do Programa de pós-graduação pela UNESP/FAAC, email: maxvicente@faac.unesp.br

é necessário entender a prática do jornalismo econômico e como este ganhou espaço nos impressos brasileiros.

Prática e história do jornalismo econômico no Brasil

Entende-se por jornalismo econômico a cobertura de temas relacionados a negócios e finanças, temas esses que afetam diretamente a economia. Mas como define Kucinski (2000) a prática do jornalismo econômico não está voltada apenas a acontecimentos excepcionais e singulares, trata da constante transformação da realidade econômica, das novas variáveis que surgem e da ausência de independência dos fatos.

Esta modalidade do jornalismo se expandiu muito com publicações em revistas focadas nesta temática e o aparecimento de cadernos de economia nos jornais de informação geral. De acordo com Quintão (1987) o jornalismo econômico surge a partir dos jornais de comércio, indústria e das primeiras seções e colunas de economia. Logo depois eclode o jornalismo de negócios, voltado para operações econômicas e financeiras de mercado, para posteriormente dar início ao jornalismo econômico como é conhecido atualmente.

No período do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, começa a haver um avanço da indústria pesada e investimentos em infraestrutura, porém este período foi marcado pela censura aos meios de comunicação. Nesta época circularam jornais mensais como o *Observatório Econômico* e o *Financeiro* e também outros impressos dirigidos a um público ligado ao setor financeiro como o *Digesto Econômico*, publicado pela Associação Comercial do Estado de São Paulo. Em 1949, O *Estado de S. Paulo* lança o *Suplemento Comercial e Industrial* que foi veiculado semanalmente e circulou até 1964, abordando de maneira ampla assuntos econômicos do Brasil e do mundo. Quintão (1987, p.51) descreve o que foi este *Suplemento* e sua importância para o país, e afirma que foi o primeiro informativo de negócios com circulação regular e "um veiculador doutrinário, liberal, anticomunista, com postura política bem delineada na área de economia".

Na década de 50 o jornalismo foi marcado pelo colunismo, tendo uma cobertura mais opinativa do que noticiosa com clara intenção de influenciar a política econômica do país, como afirma Quintão (1987, p.57). Os jornais começaram a realizar uma cobertura mais organizada dos assuntos econômicos apenas a partir da segunda década de 60.

Nos tempos autoritários e de repressão política, os meios impressos reforçaram suas editorias de economia devido às restrições ao noticiário político e social. Segundo Lene (2010 p.3), Joelmir Beting que começou a trabalhar com jornalismo econômico em 1962 comenta como era esse tipo de jornalismo no período.

> Enquanto a informação econômica estava decolando, estava aterrissando a informação política, que estava já sob controle. Então, esvazia a informação política e cresce a econômica. E a informação econômica acaba ganhando uma dimensão política até no vácuo da própria informação política. Aí o debate econômico virou um debate político, de opções e alternativas e críticas e, então, o debate político deslocou-se para a área econômica.

Mas apesar do destaque aos fatores econômicos na imprensa escrita este segmento também sofreu censura já que os assuntos abordados poderiam atingir diretamente a política do período, colocando em discussão o sistema político da época. Caldas (2003, p.14) mostra o teor de algumas matérias censuradas entre 1973 e 1974: a proibição de qualquer comentário sobre a recessão econômica, assuntos referentes à inflação, alta da gasolina dentre outros. Mas com a abertura política esse quadro mudou, e fez com que publicações referentes à área econômica fossem ganhando cada vez mais espaço.

O problema na atualidade sobre a prática desse jornalismo não esta mais no espaço que ele tem e sim na forma como ele é praticado, e na linguagem empregada. Joelmir Beting é considerado um dos jornalistas pioneiros na hora de apresentar os assuntos econômicos de maneira simplificada para seus leitores. De acordo com Basile (2002. p.72) procurava traduzir o economês utilizando uma linguagem mais popular e mais compreensível para a maioria da população.

Este assunto é o que veremos adiante, a questão da linguagem no jornalismo econômico, ou seja, como esta é empregada e suas dificuldades de compreensão.

Linguagem

A linguagem no jornalismo econômico nem sempre é de fácil compreensão, já que muitas vezes esta vem com o intuito de mascarar certas atitudes políticas ou governamentais com o emprego de eufemismos. Como por exemplo, o desemprego que pode ser tratado de várias maneiras pelo discurso oficial como: “emprego informal” ou “população de baixa renda”.

A população não reconhece a sua realidade nas páginas dos jornais. Os assuntos econômicos se resumem a questões próximas do dinheiro e da capacidade de gerá-lo, não abordando temas que envolvam as atividades do homem para satisfazer suas necessidades. Dessa maneira o público acaba não se identificando com os assuntos tratados, além de se depararem com uma linguagem e o uso de uma terminologia extremamente complexa.

Infelizmente não localizamos clareza e objetividade nos textos de economia, isso não só na atualidade como também naqueles impressos dos anos 70. Biondi (1974) relata que a linguagem do jornalismo econômico era uma linguagem que refletia muito mais interesses de uma pequena camada do que a do grande público e da coletividade.

O fato é que desde o final dos anos 70 até os dias atuais não encontramos mudanças significativas nas matérias de economia. Para Marcondes Filho (1993, p.105) as notícias desta editoria são produzidas apenas para darem informações aos leitores sobre investimentos ou práticas de sobrevivência no mundo econômico, sem a preocupação em se discutir os impactos da economia na sociedade. Desta forma, precisa haver uma mudança de abordagem, pois é produzida muita informação de interesse dos governantes e empresários, deixando de lado a informação de interesse do consumidor, estudante, trabalhador e donas-de-casa, ou seja, a grande maioria da sociedade.

O uso do "economês" como foi chamada a linguagem utilizada nos anos 70, faz parte da própria formação dos jornalistas e permanece até os dias de hoje. Durante o período militar, esses jornalistas buscaram se especializar em Institutos Econômicos o que ajudou no emprego excessivo de termos técnicos para tratar dos assuntos econômicos. A convivência com essas fontes fizeram com que esses jornalistas deixassem de procurar a utilização de uma linguagem mais acessível tornando a informação econômica inacessível, com o uso de siglas, números e termos específicos. A título de ilustração apresentamos, a seguir, uma notícia divulgada na *Folha de S. Paulo* em 1994, na qual pode-se aferir o quanto pode ser complexa uma matéria que trata de economia:

> **URV, a faca de dois gumes**
>
> Acaba amanhã o tabelamento do over em 56,5%. O Banco Central deve manter a taxa até o final do mês. Com isto, o over-selic fechará março com ganho de 46,3% e o CDI-over, de 46,9%. O CDI garantiria um juro real de 2,58% frente à inflação média/URV, estimada em 43,2%. Para abril, o mercado trabalha com a estimativa de forte aceleração da inflação. Pularia de 43,20% para 45%. Para manter o juro real em 2,58%, o BC teria de sustentar um over médio de 63,35% ao mês. Mas há muitas incertezas no curto prazo, a começar pelo dilema, técnico e criado pela própria URV. Se o BC inaugurar abril

> com uma projeção realista para o indexador, de 45%, este percentual vira piso de inflação. Se fixar uma variação inicial baixa, de 43%, o indexador perde credibilidade e provoca inflação em URV. E seria melhor baixar o real com a inflação em 45% do que em 60%. O carry over contaminaria menos a nova moeda. Diversifique nos ativos indexados ao CDI-over. (Kucinski, 2000, p.164)

A notícia selecionada acima nos remonta a uma passagem de Basile (2002, p.115), quando sustenta que o excesso de números e estatísticas esconde a falta do ponto de vista do jornalista e do foco do que deve ser mostrado ao leitor. Os números acabam servindo como um disfarce para as informações que não se mostraram claras para jornalista, fazendo com que este não transmita a notícia com clareza.

Os assuntos econômicos, como bem destaca Basile (2002, p.7) se tornaram complexos e de difícil entendimento fazendo com que se criasse no Brasil, "(...) nos últimos anos, um mito segundo o qual as notícias de economia são chatas (sem que se especifique o que é *chato*)." Ainda segundo Basile (2002. p.113):

> Se formos chatos, burocráticos, herméticos, os leitores simplesmente passarão ao largo de nossos textos. Se ao invés disso, formos rápidos, descritivos, atentos, competentes, emotivos e apaixonados em nosso texto, as pessoas certamente se voltarão para nós e o tipo de jornalismo que praticamos.

As críticas feitas à linguagem no jornalismo econômico nos grandes meios impressos são claras, pois evidenciam que esta é complexa ao entendimento do público leitor, não o atraindo para a busca de esse tipo de informação. Na opinião de Kucinski (2000) muitas vezes esses problemas ocorrem porque o profissional voltado ao jornalismo econômico nem sempre é especializado, resultando na presença de especialistas na área, como economistas ou sociólogos, e não jornalistas. Grande parte dos jornalistas não tem o preparo para transmitir as informações econômicas, apenas se limitam a reproduzir o discurso das suas fontes, com uma linguagem difícil e nada atrativa para o público leigo no assunto.

Kucinski (2000) recomenda que haja uma divisão do jornalismo econômico em setores tipo: um que trate de negócios, pois é preciso entender mecanismos de concentração de capital; e outro que trate de políticas macroeconômicas do governo, devido à necessidade de se familiarizar com as relações entre variáveis econômicas como juros, inflação e câmbio. O entendimento desses setores faria com que o jornalista interpretasse

melhor os fatos, ou os conceitos, pois muitas vezes esses são interpretados de maneira errada, fazendo com que a informação chegue deturbada ao leitor.

Nos textos de economia o jornalista narra os fatos, não existe uma preocupação com o que o leitor vai entender, ele os expõe partindo de uma linguagem técnica apenas transmitindo a informação. Para Mário Erbolato (2008, p. 105) os fatos ocorridos não devem apenas serem narrados, precisam se tornarem compreensíveis e assimiláveis. "Narrar apenas o que aconteceu, sem que se dê conhecimento do fato pormenores, será perder a oportunidade de levar ao receptor um jornalismo vivo, atuante e com histórias humanas".

Assuntos sobre economia estão presentes diariamente em nossas vidas, não apenas nos cadernos específicos de economia. Se a informação econômica vier com a clareza necessária ao entendimento do público, será mais fácil entendermos porque determinados problemas, às vezes tão distantes da nossa realidade, por exemplo, afetam diretamente o cotidiano da população.

> Enquanto tais fenômenos externos, em geografias distantes, ocorrem em profusão, sentimos que nosso destino é impactado das mais diversas maneiras. Uma grande empresa de energia quebra Estados Unidos e, subitamente, os empregos de sua subsidiária no Brasil começam a minguar. Árabes se organizam, episodicamente para fazer com que os preços do petróleo subam, cortando a produção e, pouco depois, você sente o peso dessa decisão quando vai encher o tanque do seu carro. (BASILE, 2002, p.4)

Outro problema notado, não está apenas na linguagem empregada, mas nos assuntos econômicos abordados. José Sarcinelli, repórter da Editoria de Economia do Jornal "A Gazeta" - Vitória- ES, em seu artigo disponível online, menciona que:

> O jornalismo econômico seja o praticado nos jornais de circulação nacional - como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* -, ou nos regionais, simplesmente excluiu os já socialmente excluídos. Raras são as matérias abordando as condições de vida, os sonhos e os atos dos sem-teto, sem-escola, sem-família, sem-saúde, enfim, sem-cidadania. A realidade econômica e social, fruto da má-distribuição da renda, tão visível nas ruas de nossas cidades, parece não ter força para chegar até as páginas dos diários. Disponível em: http://www.hottopos.com/mirand3/econ.htm

Deste modo, o jornalismo econômico acaba minimizando a crítica, com seus temas limitados e linguagem técnica. O interesse do grande público muitas vezes é deixado de lado. Existe uma confusão entre o mundo dos negócios e a economia. Biondi (1974, p.15) menciona que "Podem-se ver nos principais jornais páginas e páginas sobre o mundo dos negócios e do mundo empresarial, e raramente tentando questionar até que ponto os

interesses dessa área empresarial coincidem com os interesses da coletividade". A informação econômica não deve interessar, apenas, aos economistas, mas sim o público em geral. Ilustrar as matérias partindo de casos de pessoas, mostrar as consequências das oscilações nas taxas de juros, por exemplo, tornaria o jornalismo econômico mais próximo da realidade da população que necessita dessa informação.

Os impressos muitas vezes não abordam os assuntos polêmicos e os reais problemas econômicos do país, e quando o fazem é de maneira inteligível, como mencionado acima. Existe uma omissão da realidade que acaba por desestimular o debate social e a reflexão da população, tornando a sociedade alienada dos problemas, não só econômicos como consequentemente políticos. O jornalismo, desta forma, não assume o seu papel de informar e tornar o cidadão mais crítico, mas sim desempenha uma função ideológica com objetivo de legitimar o poder do capital, acabando por negar o direito da sociedade à cidadania, é como menciona Basile (2002, p.89) "Imaginar um jornalismo econômico que se exclua da sociedade e da politica é negar-lhe a cidadania. É trabalhar para que país adie o conhecimento de suas potencialidades, competências, peso relativo no mundo e até mesmo sua identidade nacional."

Esta falta de criticidade reflete-se em uma matéria onde não existem personagens, mas sim números. A abordagem do tema se torna superficial, focada em detalhes que não interessam a população. No jornal *Gazeta do Povo*, por exemplo, notamos como a informação econômica ainda é engajada em dados numéricos, apenas apresentando os números sem nenhuma discussão crítica sobre o assunto abordado:

> A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor- Semanal (**IPC-S**) recuou para 0,26% na terceira quadrissemana de fevereiro ante 0,55% na quadrissemana imediatamente anterior, segundo a Fundação Getúlio Vargas (**FGV**).
> Cinco das oito classes de despesas que compõem o IPC-S registraram decréscimo em suas taxas de variação no período: Alimentação (de 1,86% para 1,48%), Habitação (de -1,25% para -1 87%), Vestuário (de -0,03% para -0,20%), Educação, Leitura e Recreação (de 1,97% para 1,15%) e Despesas Diversas (de 2,84% para 1,88%). Registraram acréscimo em suas taxas os grupos Comunicação (de 0 10% para 0,21%), Transportes (de 0,70% para 0,93%) e Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,37% para 0,47%). *Fonte: Gazeta do Povo, 25/02/2013. Inflação pelo IPC-S recua para 0,26% na 3ª quadrissemana.*

Como menciona José Sarcinelli, em "Jornalismo Econômico: A sedução do Poder" a partir do momento em que o jornalismo econômico ignora os fatos que realmente

interessam o cidadão, ele passa a encobrir os verdadeiros valores que impulsionam a economia e que explicam em boa parte as bonanças e mazelas deste país. Acaba, assim, por desviar o seu papel de mostrar a realidade para que os agentes sociais possam, dentro do jogo democrático, promover as reformas necessárias ao bem estar coletivo. A imprensa desta forma, somente cobre a agenda oficial do governo e do mercado, com pesquisas e balanços que apenas interessam os que estão à frente dos assuntos econômicos.

Esta falta de reflexão e criticidade ao tratar dos assuntos econômicos reforçam os padrões ideológicos dominantes ditados pelo neoliberalismo, que defende a livre empresa na esfera econômica e a democracia liberal na esfera pública. Esse discurso neoliberal apoia o crescimento do lucro em detrimento do desenvolvimento social. O jornalismo econômico acaba por legitimar tal discurso, se mostrando a favor da manutenção dos interesses empresariais e governamentais. Kucinski (2000, p.188) reforça esta ideia ao mencionar que:

> Na era neoliberal o jornalismo econômico se torna quase um "aparelho ideológico do Estado", um dos mecanismos não coercitivos usados pelas elites dominantes ou pelo Estado para manter as condições de reprodução do sistema, ao lado da escola e da Igreja, conforme a tese do filosofo francês Louis Althusser.

Outro problema notado na abordagem dos assuntos econômicos é a falta de pesquisas confiáveis. Muitas dessas pesquisas não refletem a realidade da sociedade. Segundo Kucinski (2000, p. 22), no Brasil as estatísticas socioeconômicas são poucas, imprecisas e fortemente determinadas por um conteúdo de classe, assuntos como: desemprego, renda e impactos da inflação não são trabalhados de forma completa, camuflando a realidade.

A economia no semanário *Bunda*s

A prática do jornalismo econômico nos grandes impressos, como visto anteriormente, traz a informação econômica de forma imprecisa e pouco esclarecedora. Muitos dos grandes impressos não possuem uma linguagem acessível para tratar a economia. É diante deste cenário que pensamos o jornalismo praticado pelo semanário *Bundas* como algo mais acessível, no sentido de trazer a informação econômica ao entendimento de todos.

O semanário *Bundas* se inseriu no mercado jornalístico como uma forma de resgaste da imprensa alternativa dos anos 70. Em meio a uma economia considerada bem difícil para o final dos anos 90 e uma política baseada na total liberdade de comércio, o país enfrentava um dos seus piores momentos econômicos: o desemprego.

Bundas se sobressai nesse período por mostrar um lado da política raramente apontado pelos grandes veículos impressos, destacando a figura do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) de forma negativa e satirizada. O que chama a atenção no semanário, em um primeiro momento, foi a abordagem da política de FHC, com diversas críticas, ataques, e ironias. Além de o semanário mostrar ser um veículo que esta no mercado para tomar um posicionamento bem crítico em relação à figura do presidente, inclusive veiculando imagens e palavras muitas vezes grosseiras, ele se posiciona como defensor da população no que diz respeito aos problemas que esta enfrentava naquele momento específico. A partir dessas constatações surge, então, o interesse nas matérias que tratam de economia. Utilizaremos a análise do conteúdo adotando os critérios de criticidade e interesse da população nas notícias estudadas no presente texto.

Apesar de não ser especializada em abordar assuntos econômicos, *Bundas*, no entanto, trazia várias matérias a esse respeito, matérias essas que vem de encontro com a questão da acessibilidade da informação econômica. Vale a pena enfatizar que não possuía uma coluna fixa para tratar de economia. Aloysio Biondi, responsável por tratar de assuntos econômicos no semanário, apresentava sua visão crítica sobre economia. De 1999 a 2000, ano em que faleceu, Biondi escreveu diversas matérias sobre economia, com linguagem acessível e sempre trazendo os assuntos econômicos para a realidade do leitor. No dia 25 de junho do ano 2000, é publicado seu último artigo no semanário. Biondi mostrou que o humor pode sim ser associado às questões econômicas e mesmo após seu falecimento o semanário sempre procurou trazer matérias críticas envolvendo economia.

O semanário de uma maneira geral, procurou apresentar uma linguagem bem informal, a fim de atender às diversas classes sócias intelectuais. Consequentemente, suas matérias sobre economia também trouxeram esta característica. É válido lembrar que as informações econômicas não eram o carro chefe do semanário, portanto, nem todas as edições traziam este tipo de informação, mas apesar disso, suas matérias ou até mesmo suas notas se destacavam por mostrar a economia de uma forma bem diversa dos grandes veículos impressos.

Havia diversas matérias que ocupavam páginas inteiras que não mostravam somente tabelas e dados, mas sim traziam uma abordagem bastante crítica. Um exemplo é a matéria feita por Sérgio Macedo para tratar das reivindicações dos parlamentares, juízes e até do Executivo sobre o aumento nos vencimentos:

EM CAUSA PRÓPRIA

Muita coisa tem faltado às elites que têm governado o Brasil, desde sempre, mas sobretudo tem faltado sensibilidade, senso de humanidade e respeito para com a sociedade. Com o governo FHC não tem sido diferente – e nem se poderia esperar muito, a julgar pela aliança em que ele vendeu a alma ao diabo para eleger-se presidente.

A melhoria de vida que o Plano Real proporcionou, de início, às classes menos favorecidas, logo se esvairia, após a reeleição. Numa pesquisa realizada em seis capitais, o IBGE constatou queda no rendimento real da ordem de R$ 939 milhões, em apenas sete meses, resultado da desvalorização cambial, do aumento nas tarifas públicas, combustíveis, desemprego e arrocho salarial.

Segundo o Ipea – Instituto de Economia Aplicada –, o ganho real, que se manteve em 15,7% de janeiro de 95 a dezembro de 96, caiu para 3,9% em fevereiro deste ano. A situação é mais crítica para os 50% mais pobres.

Na economia a crise é grave: o **déficit** externo subiu para 4,91% do PIB, em tendência de queda com 0,42% no semestre. O **déficit** da balança comercial e de serviços poderá ser maior em US$ 2 bilhões, segundo o BC. A atividade industrial caiu 8,3% no semestre e o FMI pressiona para manter altos os juros, alimentando a recessão. O **déficit** público virou bola de neve e a inflação poderá chegar aos 14%, segundo previsões.

É nesse quadro que soa como provocação, um acinte, a reivindicação dos parlamentares, juízes e até do Executivo de um aumento nos vencimentos.

Os deputados alegam que perderam salário **em dólar**, quando toda a sociedade perdeu; que estão "no vermelho", como estão todos aqueles que não apertaram o cinto; que não conseguem mais manter **duas casas**, quando há milhões que não conseguem, sequer, ter uma para morar decentemente. A justificativa do deputado Ubiratã Aguiar (PSDB-CE) cheira mesmo a chantagem: "É justo ganhar menos de R$ 5 mil para ficar livre dos grupos econômicos?". O que, diga-se, é mentira.

Um deputado ganha, hoje, R$ 8 mil mensais, mas recebe entre 15 e 18 salários por ano, com as convocações extraordinárias, mais verba de gabinete de R$ mil, mais benefícios como cotas de telefone, postagem de correspondência e material impresso, passagens aéreas etc. Algo em torno de R$ 120 mil anuais – cerca de 5.500 **dólares**, estima o deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ). Nada mau para um país que beira a condição de massa falida.

O que ocorre, na realidade, é que os deputados – tradicionalmente uma categoria acima das leis – não aceitam o fato de ter que pagar impo to como qualquer reles mortal, depois passarem a contribuir com 22% de se vencimentos para a Previdência, a partir de junho.

Quanto aos juízes, a pressão é pelo piso de R$ 12.720, que lhes foi negado última negociação do teto salarial para os três poderes para isso não hesitam em recorrer ao mesmo recurso chantagem: o Governo detectou que parte das decisões judiciárias contrá ao Planalto (CPMF, ajuste fi etc.) se deve à insatisfaç salarial dos juízes, que parecem ter perdido o senso... De justiça.

Isso estaria custando mais caro aos cofres públicos do que custaria o novo aumen R$ 100 milhões, mais R$ 60 milhões de atrasados, já que medida seria retroativa a jane do ano passado.

Por determinação da emenda constitucio da reforma administrativa aprovada no ano passado, a propo terá de ser assinada conjuntamente pelos presidentes da República, do STF, da Câmara e do Senado. Portanto, se p sar, FHC terá perdido a oportunidade de resgatar o pouco moralidade e de autoridade que possa restar, ainda, em se governo.

Num país onde o funcionalismo não tem aumento cinco anos e cujo salário mínimo ostenta míseros R$ 136, que leva nossos dirigentes a pensar que têm mais direitos que os demais brasileiros?

A filosofia é a mesma de sempre, perversa: "Ao nos bolso, tudo; ao vosso reino, nada".

Sérgio Maced
Ilustração: Aliedo

Bundas, p.24 n 25.

A matéria de Sérgio Macedo começa tratando das consequências do Plano Real para a população, como o aumento nas tarifas públicas, combustíveis, desemprego e arrocho salarial. Depois de constada as informações com dados do PIB e IBGE, é iniciada a questão das reinvindicações salariais, e através de uma análise crítica e comparativa entre a situação da população com a dos parlamentares a situação econômica vivida naquele período é apresentada de forma bastante acessível ao entendimento do leitor, não apresentando apenas números para se discutir economia.

O principal destaque desta matéria é apontar como os parlamentares, juízes e até o Executivo, apesar de terem uma vida mais confortável do que a maioria da população e com salários altos, pois um deputado chegava a ganhar até R$ 8.000 mil reais, reivindicam o aumento dos seus vencimentos, alegando que perderam os seus salários em dólar. Esta informação não é apresentada apenas mostrando essas reinvindicações, ela se apresenta de maneira crítica e é discutida a partir da situação econômica vivida naquele momento pelo

povo brasileiro. Pois enquanto os Juízes, parlamentares e Executivos lutam por uma melhora salarial, o brasileiro luta para viver apenas com um salário mínimo.

Mostrar que os parlamentares buscam uma melhora salarial é provavelmente algo normal, agora aproximar esta informação a realidade do leitor, e o que isso pode interferir em suas vidas, isso sim passa a ser um desafio do jornalismo econômico e que a notícia cumpre de maneira bastante enfática resultando atraente e esclarecedora para a população. Expor números e dados somente, não faz com que o leitor se sinta como participante do processo econômico.

A matéria abaixo denuncia as falsas metas, evidentemente otimistas, traçadas para o Brasil, que mostram o país com saldo positivo e clima vantajoso para exportações. Segundo Biondi, jornalista autor do texto, tais afirmações não passa de uma falsificação de números. Além de uma linguagem acessível o texto é acompanhado de uma ilustração de Leonardo, que nos ajuda a compreender melhor a matéria.

Biondi mostra que a dívida externa aumenta e que o Real desvaloriza, enquanto o governo FHC insiste em afirmar que o país progride, apresentando falsos números de exportações e rendimentos, enquanto a dívida do Brasil aumenta cada vez mais.

Desmascarar alguma medida do governo e buscar de forma clara mostrar os rumos da economia, não é algo muito comum de se ver nos impressos. Podemos até notar algum tipo de denúncia, mas de maneira discreta, sem mostrar os rumos que isso pode causar. Nesta matéria de Biondi, por exemplo, a denúncia é clara e comprovada com dados, mostrando os seus reais impactos na economia e na vida da população. Além de ser crítica torna-se extremamente útil para realizar a ligação entre modelo neoliberal, política de FHC e realidade da população.

Biondi

OS FALSÁRIOS F
CAMDESSUS, E
CONGRESSO

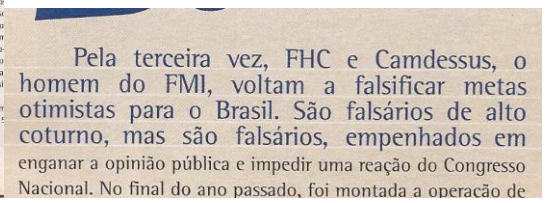
Pela terceira vez, FHC e Camdessus, o homem do FMI, voltam a falsificar metas otimistas para o Brasil. São falsários de alto coturno, mas são falsários, empenhados em enganar a opinião pública e impedir uma reação do Congresso Nacional. No final do ano passado, foi montada a operação de apoio para evitar a "moratória", com a oferta de bilhões de dólares destinados na verdade a pagar os banqueiros, conforme análise até do próprio deputado Delfim Netto, que certamente não pertence aos quadros do PT. Camdessus, com o apoio de Clinton, forjou metas estatísticas cor-de-rosa, que nunca poderiam ser atingidas e que só escondem a quebra do Brasil. Para enganar também o Congresso norte-americano, que àquela altura discutia um aumento de capital para o FMI, o acordo previa, descaradamente, um saldo positivo de 11,0 bilhões de dólares para a balança comercial (exportações menos importações), isto é, "sobra" de dólares para pagar outros compromissos. Tudo, para dar a impressão de que o "rombo" em dólares não era tão grande assim, e o País conseguiria reequilibrar-se.

Mentira deslavada. O buraco, com exportações abaixo das importações, continuou. Em março, veio a revisão do acordo. Nova farsa. Os falsários continuaram a falar em um saldo positivo, agora reduzido para 3,7 bilhões de dólares. Erros de previsão? Não. Falsificação de números, mesmo. Já no ano passado, os principais produtos agrícolas exportados pelo País estavam com as cotações internacionais mais baixas dos últimos anos, com um recuo de praticamente 20% em relação ao ano anterior. E eles continuavam a cair, nos primeiros meses de 1999. O FMI e o governo FHC sabiam disso, mas falsificaram as previsões. O desastre avançou, mês após mês. Malan, Fraga & Cia continuaram a mentir desbragadamente. Em meados de setembro, um assessor de Fraga ainda proclamava que o País ia "virar o jogo" e obter um saldo positivo de 2,0 a 2,5 bilhões de dólares na balança, previsão que o próprio Malan reduziria no dia seguinte (olha o despudor...) para 1,5 a 2,0 bilhões de dólares.

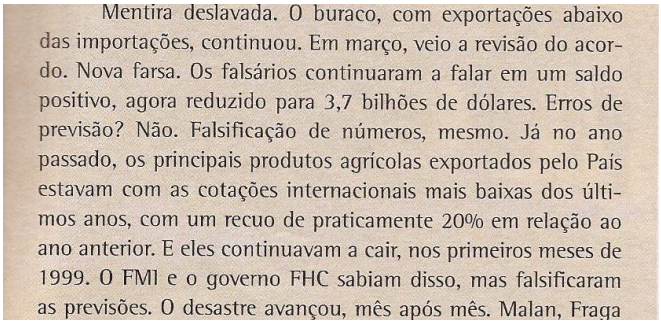
Mais uma vez: não é "erro de previsão", não. É falsificação grosseira da realidade. FHC, Malan, Camdessus, Fraga sabem que, em setembro, às portas do último trimestre do ano, o grosso das exportações agrícolas, das safras colhidas no começo do ano, já acabou - e, por sua vez, as importações sobem, com os estoques para o Natal. Continuaram mentindo. Prometendo a "virada". Mentindo, enquanto o Real voltava a despencar e o Brasil tomava empréstimos a juros de até 15% ao ano lá fora - contra 9,5% pagos pela Argentina, mostrando bem qual país não merece a confiança dos banqueiros internacionais. Veio nova "revisão do acordo", em outubro. Nova falsificação. Camdesssus e FHC prevêem um saldo positivo de 5,0 bilhões de dólares para 2000, falando-se em "recuperação" dos preços internacionais dos produtos agrícolas. É mesmo? Realmente, o mercado internacional está reagindo, principalmente por causa de quebra de colheitas, redução na produção, provocada por secas e outros desastres climáticos. Os preços vão "melhorar", sim. Mas o Brasil não vai aproveitar. Por quê?

O Brasil não tem estoques de soja, milho, arroz, feijão nem para o consumo interno, quanto mais para aumentar exportações. Não tem estoques porque, em um de seus maiores crimes, o governo no FHC/Camdessus deixou de comprar, desde 1995, as colheitas dos produtores, arruinando-os em fases de preços baixos. E o Inpe, que sempre acerta, já previu seca também para o Sul/Sudeste do Brasil este ano (ela já está ocorrendo). O Brasil pode até ser forçado a importar, em lugar de exportar... Os falsários sabem de tudo isso. Mas continuam a mentir. Preço dessa mentiralhada? Os banqueiros sabem que o "rombo" em dólares continua ameaçador, e por isso exigem que os juros pagos pelo Tesouro continuem nas nuvens. Ou pior ainda: estão exigindo títulos com valor em dólar, que já chegam aos 130 bilhões de reais, ou um terço da dívida mobiliária (em títulos) do Tesouro afundando-o cada vez mais. Somente em outubro a carga de juros mais a "correção" provocada pela queda do Real atingiu 16 (d-e-z-e-s-s-e-i--s) bilhões de reais. Em um mês. O Brasil está cada vez mais atolado, em dívidas em reais e em dólar.

FHC e Camdessus agem para levar o País a um beco sem saída. O Congresso precisa reagir. Já. Ou, então, que aproveite o 15 de novembro para proclamar o Brasil-Colônia.



Pela terceira vez, FHC e Camdessus, o homem do FMI, voltam a falsificar metas otimistas para o Brasil. São falsários de alto coturno, mas são falsários, empenhados em enganar a opinião pública e impedir uma reação do Congresso Nacional. No final do ano passado, foi montada a operação de



Mentira deslavada. O buraco, com exportações abaixo das importações, continuou. Em março, veio a revisão do acordo. Nova farsa. Os falsários continuaram a falar em um saldo positivo, agora reduzido para 3,7 bilhões de dólares. Erros de previsão? Não. Falsificação de números, mesmo. Já no ano passado, os principais produtos agrícolas exportados pelo País estavam com as cotações internacionais mais baixas dos últimos anos, com um recuo de praticamente 20% em relação ao ano anterior. E eles continuavam a cair, nos primeiros meses de 1999. O FMI e o governo FHC sabiam disso, mas falsificaram as previsões. O desastre avançou, mês após mês. Malan, Fraga

Bundas, p. 14 n 23.

Considerações Finais

O semanário *Bundas* foi capaz de mostrar, mesmo tendo pouco tempo de circulação, que a informação econômica não precisa ser apenas números e sim algo que afeta diretamente a vida da população. Partindo de recursos como humor, charges e cartuns, e uma linguagem mais coloquial, a informação econômica pode ganhar mais o interesse do público leitor tornando-se mais esclarecedora e crítica.

Apesar do nosso foco não ser trabalhar com o recurso humorístico com profundidade, é necessário leva-lo em consideração, pois o semanário quase sempre utilizava deste expediente na transmissão de suas informações. O recurso humorístico, muitas vezes, é representando através de charge, caricatura e cartum, fazendo com que

assuntos polêmicos, cheguem ao alcance do público de maneira mais descontraída e claramente elucidativa do tema abordado. Algumas vezes a informação está presente apenas nas suas imagens, outras vem acompanhada de textos como no caso do semanário *Bundas*, tornando a informação mais atrativa.

O humor e ilustrações passaram a se tornar característica marcante dos impressos alternativos, principalmente as dos anos 70 como *Pasquim* e *Movimento*. As ilustrações podem ser vista como uma possibilidade de informar de maneira crítica, permitindo uma visão diferenciada acerca da realidade e do fato noticiado pelo veículo. O uso de ilustrações, sendo elas cartuns ou charges, no semanário, além de chamar a atenção para o texto, traz descontração à informação, além de provocar o riso, através do uso do humor.

Vimos que os assuntos econômicos quase sempre são tratados com tecnicismos nos grandes impressos, tornando sua linguagem inacessível ao público. *Bundas* tratava dos assuntos econômicos de forma diversa de muitos veículos da grande imprensa, com matérias curtas e críticas colocava os assuntos econômicos ao entendimento de todos.

A necessidade de tornar a informação econômica algo mais popular e atrativo passou a ser um desafio. Diante de todo um histórico de manipulação, tecnicismos e falta de espaço no mundo jornalístico, textos que tratem de economia passou a se dirigir apenas a um pequeno grupo.

Através da análise de algumas matérias econômicas no semanário, foi possível notar que é viável um jornalismo alternativo do ponto de vista econômico, pois este populariza a informação deixando-a ao alcance de todos, fazendo com que a população tenha o direito de se sentir parte do processo econômico e tenham uma visão mais crítica do que se passa na economia brasileira.

A acessibilidade da informação econômica fará com que as pessoas se posicionem mais, desta forma assuntos referente à economia e política poderão ser mais debatidos, e a linguagem empregada em veículos alternativos, como foi feita em *Bundas*, poderá possibilitar ao público um olhar mais crítico acerca da realidade.

Referências

BASILE, Sidnei. *Elementos de Jornalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BIONDI, Aloysio. *A linguagem na reportagem econômica*. Seminário de Técnica de Jornalismo, 1. Rio de Janeiro: ABI, 1974 (Coleção Comunicação Hoje), 1974.

CALDAS, Suely. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: Contexto, 2003.

ERBOLATO, Mario L. *Técnicas de codificação em jornalismo*: redação, captação **e** edição no jornal diário**.** 5ª**.** ed**.** São Paulo**:** Ática**,** 2008.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LENE, Hérica. *O jornalismo de economia e a ditadura militar no Brasil: impulso e desenvolvimento.* Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 17, n 2, p. 3, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. Série Comunicação e Jornalismo. 2ª edição, São Paulo: Hacker Editores Jornalismo, 2002. fin-de-siècle. 1ª ed. São Paulo: Scritta, 1993.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964.* Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SARCINELLI, José Antônio. *Jornalismo Econômico: A sedução do poder.* Disponível em: http://www.hottopos.com/mirand3/econ.htm. Acesso: 10/01/2012.

Periódicos

BIONDI, Aloysio. *Os falsários FHC e Camdessus, e o Congresso.* Bundas, p. 14 n 23.

GAZETA DO POVO. *Inflação pelo IPC-S recua para 0,26% na 3ª quadrissemana.* 25/02/2013. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1348220. Acesso: 20/03/2013.

MACEDO, Sérgio. *Em causa própria.* Bundas, p.24 n 25.